

Resenha bibliográfica 1

From peasant to proletarian: capitalist development and agrarian transitions

Goodman, David, e Redclift, Michael. *From peasant to proletarian: capitalist development and agrarian transitions*. Oxford, Blackwell, 1981. 244 p.

ANNA LUIZA OZORIO DE ALMEIDA *

Durante os últimos 20 anos, a população brasileira passou a ser predominantemente urbana, tendo o último decênio apresentado, pela primeira vez, uma queda absoluta na população rural. Esta transformação resulta de profundas modificações na agricultura e nos demais setores de atividade econômica, cujas complexidades e tendências contraditórias podem ser elucidadas comparando-se o caso brasileiro com o de outros países latino-americanos, ou mesmo com as experiências históricas havidas no passado. Neste sentido, o livro de Goodman e Redclift fornece uma contribuição decisiva, dedicando um espaço considerável à experiência brasileira, dentro de um esforço mais abrangente de compreender como se dá a chamada “transição agrária” durante o curso do desenvolvimento capitalista.

Adotando um enfoque marxista, os autores definem a “transição agrária como um processo pelo qual uma agricultura predominantemente camponesa se transforma numa que se caracteriza por um grande proletariado rural” (p. viii). Para examinar este processo, efetuam uma extensa revisão da literatura teórica e das evidências disponíveis, buscando esclarecer conceitos e explicitar proposições

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA e da FEA/UFRJ.

empíricas em meio a controvérsias por vezes acirradas. Um dos resultados desse esforço analítico é a proposta de que não haja “uma necessidade geral, universal, do capitalismo de destruir ou manter modos de produção pré-capitalistas” (p. 62). A proletarização resultaria apenas de uma das formas específicas da penetração do capitalismo no campo, a qual não seria inexorável nem hoje em dia nem no passado latino-americano ou mesmo europeu. A entrada de outras formas de capital no campo agiria no sentido contrário, preservando a pequena produção, ainda que por vezes bastante transformada.

Sem pretender fazer justiça à riqueza do material reunido, nem à profundidade com que os temas são abordados, faz-se em seguida um breve resumo do livro, objetivando, apenas, ressaltar um dos fios condutores (e não necessariamente o principal para os autores) que podem ser extraídos de uma leitura da obra como um todo. Os termos “proletarização” e “assalariamento” serão utilizados intercambiavelmente, se bem que o primeiro abarque uma amplitude bem maior de conotações que o segundo. Para simplificar as dificuldades taxonômicas, será empregado sempre o termo “pequena produção agrícola” com referência às formas sociais de organização da produção agrícola com base “camponesa”, “familiar”, “primitiva”, “produtora simples de mercadorias”, “pré-capitalista”, etc.

O primeiro capítulo apresenta o debate sobre a questão agrária na Europa, resumindo as posições de Marx, Engels, Lenin, Chayanov, Shanin, Kautsky e outros quanto à destruição ou sobrevivência da pequena produção agrícola em face do desenvolvimento capitalista. Em seguida, são enumerados diversos obstáculos que se apresentam em geral à penetração de capital na agricultura, os quais tendem a favorecer a preservação de um amplo contingente de pequenos produtores neste setor. O capítulo termina com evidências sobre a persistência da pequena produção agrícola nos países da Europa, onde aparece a única tabela do livro inteiro (p. 17). Nela vê-se que, em 1970, em oito países (Dinamarca, Irlanda, Holanda, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália e Espanha), mais de 90% dos estabelecimentos agrícolas tinham menos de 50 hectares e, em cinco países (Holanda, Bélgica, Alemanha Ocidental, Itália e Espanha), mais de 80% tinham menos de 20 hectares. Infelizmente,

porém, não é mencionada a percentagem do produto agrícola gerada pelos produtores nesses estratos de tamanho, impedindo que se analise melhor a participação da pequena produção na agricultura europeia contemporânea.

No entanto, quer se considere grande ou pequena tal participação, o que é particularmente interessante nesta parte do capítulo é a discussão sobre os diversos fenômenos modernos que tendem a preservá-la. Por um lado, tem-se generalizado o emprego industrial ou comercial de trabalhadores que residem em domicílios agrícolas (o fenômeno do camponês-operário) e, por outro, a maciça imigração provinda do Leste e Sul da Europa teria impedido que a elevação de salários urbanos estimulasse um maior êxodo rural, retendo no campo um contingente populacional maior do que seria requerido pelo volume de produção agrícola. Mesmo nos países socialistas, a pequena produção teria sido preservada, em parte, para aliviar o Estado de arcar com diversas funções previdenciárias tradicionalmente exercidas pela pequena produção junto à maioria da população rural.

O segundo capítulo discute a literatura existente a respeito do impacto do avanço capitalista sobre a agricultura nos países subdesenvolvidos. Navegando os mares tormentosos de controvérsias difíceis de resumir, são abordados argumentos em torno das posições de Marx, Frank, Laclau, Wallerstein, dos teóricos da dependência e dos proponentes da articulação dos modos de produção. Emergem e submergem, ao longo desta árdua travessia, diversas questões relevantes para a análise da pequena produção em países subdesenvolvidos, como, por exemplo:

— se a extração de excedentes é possível na esfera da circulação (isto é, entre sistemas econômicos ou unidades de produção) ou se o é apenas na esfera da produção (isto é, dentro de sistemas econômicos ou unidades de produção);

— se diferentes formas não assalariadas de controle do processo de trabalho (coerção, parceria, arrendamento, endividamento, etc.) representam articulações entre modos de produção distintos ou se estariam sujeitas às leis gerais de reprodução do modo capitalista; e

— se a heterogeneidade de capitais que atuam na agricultura (“usurário/mercantil”, “institucional/financeiro” e “produtivo”) refletem estágios de uma evolução geral em direção à hegemonia do capital produtivo ou adaptações mais ou menos permanentes do capital às resistências a essa hegemonia, impostas conforme as especificidades naturais, históricas ou culturais dos sistemas agrícolas afetados (a chamada “transição bloqueada”).

O terceiro capítulo especifica os conceitos e discute os mecanismos de extração de excedentes agrícolas via mercados (de produtos, de trabalho), ou via instrumentos fiscais e financeiros, e prossegue numa descrição de como essa extração é veiculada pelos diferentes tipos de capital que atuam na agricultura.

O quarto capítulo retoma a discussão geral sobre a penetração do capitalismo na agricultura dos países subdesenvolvidos, ressaltando, neste caso, o papel do Estado. São discutidos os impactos das reformas agrárias e dos grandes projetos tecnificantes em diversos países da América Latina, com destaque para o Chile, o Peru e o Equador.

Os capítulos cinco e seis referem-se, respectivamente, ao Brasil e ao México, ressaltando a penetração agrícola de três tipos de capital — “usurário/mercantil”, “institucional/financeiro” e “produtivo” — e examinando os condicionantes políticos e econômicos que aceleraram ou retardaram a proletarização rural nesses dois países.

O livro termina com um breve capítulo de conclusão, no qual é explicitada a proposição de que, modernamente, a proletarização rural ou a preservação da pequena produção agrícola podem ser influenciadas pela ação do Estado, no sentido de favorecer ou alterar a atuação dos diferentes tipos de capital que incidem na agricultura. (Devido a limitações de espaço, porém, o restante destes comentários restringe-se ao caso brasileiro, o qual, aliás, ocupa no livro o dobro das páginas dedicadas ao mexicano.)

Segundo a exposição apresentada no capítulo cinco, a extração de excedentes agrícolas, baseada numa expansão extensiva de agricultura, teria sido considerada satisfatória no Brasil até aproximadamente 1964, havendo coerência com uma política de controle de preços e de concessão de incentivos apenas para a redução de custos agrícolas. No período subsequente, porém, a elevação dos preços

e as crises de oferta de alimentos teriam modificado a avaliação positiva anterior, dando início a uma mudança de políticas que alterou radicalmente a composição de capitais no setor. Intensificou-se o capital produtivo (nacional e estrangeiro) na produção de insumos e equipamentos, na comercialização e na produção agrícola diretamente. Paralelamente, houve um aumento maciço de capital institucional/financeiro (que compunha apenas 18% do crédito agrícola nos anos 50), voltado não só para a aquisição de insumos e equipamentos de origem industrial, mas também para a pecuarização e a produção de produtos de exportação, e favorecendo sobretudo aos agricultores maiores. Finalmente, o antigo capital usurário/mercantil (que compunha aproximadamente 62% do crédito agrícola nos anos 50) teria perdido terreno para o institucional/financeiro, persistindo nos latifúndios decadentes e nos sistemas de comercialização tradicionais. Este tipo de capital, porém, estaria ressurgindo, transformado, nas operações agrícolas de certos tipos de capital produtivo, as agroindústrias, em forte expansão.

A generalidade e a velocidade da proletarização rural e a retração ou não da pequena produção no Brasil, então, seriam função, em parte, do avanço relativo destes diferentes tipos de capital, os quais são examinados separada e detalhadamente no texto. O mais complexo dentre eles, evidentemente, é o capital produtivo, devido à variedade de manifestações que apresenta na agricultura brasileira, a saber: agroindústria verticalizada, grandes proprietários capitalizados, arrendatários capitalizados, pequenos proprietários capitalizados e agroindústria contratante.¹ Segundo os estudos de caso citados pelos autores, destes tipos de capital produtivo os três primeiros operam com base em mão-de-obra agrícola assalariada, e seu avanço tem trazido um forte estímulo à proletarização do campo. Os dois últimos tipos também têm crescido aceleradamente, mas sem provocar um assalariamento total de mão-de-obra, pois operam com base em pequenos produtores.

¹ O termo "contratante" é aqui usado com referência ao uso de *outgrowers* por esses empreendimentos.

Assim é que grandes contingentes de pequenos proprietários têm-se aglutinado em cooperativas que se capitalizam e crescem continuamente, enquanto outros foram fortalecidos pelo aumento da demanda de produtos alimentares, resultante da perda dos lotes de subsistência por parte dos demais trabalhadores rurais. Já a agroindústria contratante não assalaria a mão-de-obra agrícola, mesmo que o faça em suas instalações industriais, mas apenas monitora o processo de trabalho agrícola de uma forma semelhante à do capital usurário/mercantil tradicional, ainda que bem mais rígida e abrangente. Conseqüentemente, o seu avanço numa vasta gama de setores (vinhas, hortigranjeiros, frutas, fumo, leite e outros) não tem contribuído para a proletarização rural, a não ser num sentido indireto, mantendo baixos os rendimentos dos agricultores contratados e tornando os "assalariados disfarçados" candidatos potenciais a entrar no mercado de trabalho circundante.

No Brasil, a penetração de diferentes tipos de capital no campo, portanto, parece levar a resultados contraditórios. Sem dados quantitativos sobre quais os tipos de capital dominantes, não há como concluir, do material apresentado, se a proletarização tem ou não dominado. Os autores explicitam, na sua introdução, que não pretendem "confirmar ou falsificar proposições teóricas com referência a evidências empíricas, mas procuram [apenas] avaliar a força ou fraqueza de tais proposições e apresentá-las de maneira clara" (p. vii). A própria clareza da apresentação, contudo, aguça a curiosidade e pede alguma indicação, mesmo que parcial, de qual seria a evolução do grau de assalariamento da mão-de-obra na agricultura brasileira durante o período em questão.

Tal indicação pode ser obtida comparando-se os resultados dos censos agropecuários de 1970 e 1975, que abrangem os anos intermediários do período pós-1964, durante o qual se teria intensificado a penetração do capitalismo na agricultura brasileira. À falta de dados comparáveis em 1960 (cujo censo agropecuário foi menos abrangente do que nos anos posteriores), ou em 1980 (cujo censo agropecuário ainda não está disponível), os censos de 1970 e 1975

fornecem um intervalo talvez curto demais para os fins desejados, mas o único disponível no momento.²

A tabela a seguir indica que, segundo o censo agropecuário, o assalariamento ainda está longe de constituir a forma predominante de controle do trabalho na agricultura brasileira, pois os empregados permanentes e temporários constituíam apenas 16% da força de trabalho agrícola em 1975, percentual este que praticamente não se alterou nos cinco anos intercensitários para o país como um todo. No entanto, revela-se uma nítida diferenciação regional, tendo a proporção de empregados crescido nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, com aumentos de cinco e quatro pontos percentuais, respectivamente. O peso dessas regiões no total, porém, é quase cancelado pelo grande deslocamento de pequenos produtores para a região Norte durante a década, chegando até a reduzir a proporção de empregados naquela região, durante o período, em um ponto percentual. É arriscado fazer qualquer previsão a respeito de qual deverá ser a tendência dominante para o decênio como um todo, pois, ao que parece, tanto a proletarização no Sudeste como a colonização no Norte aceleraram-se no quinquênio posterior. Esta colonização, por sua vez, é feita, em grande parte, por pequenos produtores vindos do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste.

A forte penetração de capital nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, portanto, parece, de fato, ter estimulado a proletarização, mas apenas nas regiões onde ela incide. A existência ainda de fronteiras no Brasil parece estar recriando opções de pequena produção para uma parte da força de trabalho rural e retardando a proletarização

² O cadastro de imóveis do INCRA poderia ser uma fonte alternativa para um período mais longo (de 1972 a 1978), mas fontes do INCRA advertem que houve uma redução relativa de captação nos estratos de pequenos imóveis na segunda data, o que viesaria o resultado espuriamente em favor da proletarização. Já os censos demográficos não podem ser consultados, pois não estão ainda disponíveis os dados pertinentes para 1980. Quanto à década de 60, estes indicam que a proporção de pessoas assalariadas dentre as economicamente ativas em atividades agropecuárias e extrativas permaneceu constante, sendo 25% em 1960 e 1970 (calculada segundo a relação empregados/PEA nos censos demográficos de 1950, p. 74, tab. 19, e de 1970, p. 54, tab. 19).

Percentagem de empregados permanentes e temporários no total do pessoal ocupado

	1970	1975
Norte	6	5
Nordeste	12	12
Sudeste	27	31
Sul	10	12
Centro-Oeste	18	23
Brasil	15	16

FONTE: FIBGE, *Censo Agropecuário de 1970*, pp. 152-5, tab. 69, e *Censo Agropecuário de 1975*, pp. 256-9, tab. 68.

na agricultura como um todo. Tal possibilidade, contudo, é descartada no material citado no livro de Goodman e Redclift. Sua única menção a respeito sugere, ao contrário, que a penetração de capital no campo já se tenha desenvolvido ao ponto de impedir que a pequena produção se reproduza novamente na fronteira, como o fez anteriormente (p. 177).

É verdade que grandes volumes de capital também têm-se deslocado para a fronteira, atuando no sentido de fechá-la para a pequena produção e contribuindo para a geração de um excedente de mão-de-obra e, conseqüentemente, a proletarianização também nestas regiões. Mas, segundo a tabela anterior, tal processo não parece ter-se consumado durante o período em questão. Terão contribuído para retardá-lo os grandes investimentos de infra-estrutura efetuados durante o período para facilitar o acesso à fronteira, bem como a vastidão dos espaços a ocupar. Afinal de contas, um *enclosure movement* é muito mais fácil de implantar na pequenina Inglaterra do que na imensa Amazônia... Na agricultura brasileira, então, estaríamos presenciando a proletarianização em umas regiões e a recriação da pequena produção em outras.

Este é um bom exemplo da dificuldade de analisar a penetração de capital na agricultura dos países subdesenvolvidos de hoje, onde o “nó do problema é como caracterizar a dinâmica de pequenos produtores quando a sua submissão [formal] ao capital está incompleta...” (p. 97). A transição de “camponês a proletário” a que se refere o título do livro de Goodman e Redclift, ou seja, a “submissão formal do trabalho ao capital”,³ é um processo que só se conclui quando os trabalhadores perdem a posse dos meios de produção e de subsistência e não têm alternativa para assegurar sua reprodução, a não ser se assalariar. Somente *após* a generalização do assalariamento é que se poderia processar a intensificação do processo produtivo, a chamada “submissão real do trabalho ao capital”.⁴ Na agricultura brasileira, porém, a submissão real já se estaria processando em algumas regiões *antes* de a submissão formal ter-se completado nas demais, confundindo a interpretação do conjunto.

Por ressaltar que este tipo de complexidade é próprio de países onde a “transição agrária” atualmente se processa, o livro de Goodman e Redclift evita “o perigo de tipos de análises simplistas, em que uma credibilidade superficial é conferida a processos que são análogos mas não estritamente comparáveis em termos históricos” (p. vi). Torna-se, assim, uma contribuição fundamental para todos aqueles que desejam entender a heterogeneidade de estruturas de produção e a dinâmica da evolução da agricultura no Brasil de hoje.

³ K. Marx, *Capítulo inédito d'O Capital: resultados do processo de produção imediato*, Porto, Escorpião, 1975, pp. 73-7 e 79-89.

⁴ *Ibid.*, p. 79.

